COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.329, DE 2023

Dispõe sobre o direito de Beneficiários do CADÚNICO realizarem reteste do DETRAN gratuitamente na forma em que se especifica.

Autor: Deputado JEFERSON RODRIGUES

Relatora: Deputada HELENA LIMA

I - RELATÓRIO

A proposição acima ementada, de autoria do ilustre Deputado Jeferson Rodrigues, busca estabelecer, em caso de reprovação, o direito à realização gratuita de nova prova prática de direção no processo de habilitação, para os cidadãos que são beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO).

A oferta de novos exames gratuitos deve ser feita pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran) responsável pela realização do teste, e é limitada a até três novos exames por candidato, além da primeira tentativa realizada.

Na justificativa da proposta, o Autor argumenta que o processo de obtenção da carteira de habilitação é essencial para a mobilidade e inserção social das pessoas, e não é justo que aqueles em situação de vulnerabilidade econômica sejam impedidos de ter novas chances sem custos adicionais. Além disso, entende que as despesas aos novos testes devem ser suportadas pelo orçamento dos Detran.

Nos termos do art. 32, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Viação e Transportes

(CVT) manifestar-se sobre o mérito da matéria. Na sequência, a proposição deverá ser encaminhada para análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).





O projeto está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões e tramita em regime ordinário. Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposta nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Louvável a iniciativa apresentada no projeto de lei em análise, que busca estabelecer, em caso de reprovação, o direito à realização gratuita de até três novas provas práticas de direção para os cidadãos que são beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO), ofertadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran) responsável pela realização do teste.

Entretanto, sem adentrar em problemas de natureza constitucional, que deverão ser avaliados na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, visto que os Detran são órgãos estaduais ou do Distrito Federal, notamos problemas de ordem prática na ordenação e distribuição de competências estabelecidas no próprio Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em relação aos entes integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Assim, como o art. 140 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o CTB, determina que *a habilitação para conduzir veículo automotor será apurada por meio de exames que deverão ser realizados no órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal*, do domicílio ou residência do candidato, como poderia uma lei federal instituir gratuidade em serviço público efetivamente prestado por órgão ou entidade de outro ente da Federação?

Ademais, os órgãos de trânsito estaduais e do Distrito Federal têm diversas outras competências e obrigações que lhes são atribuídas pelo próprio CTB, na distribuição de competências entre os entes do SNT. Eventuais gratuidades concedidas em determinados serviços poderiam vir a prejudicar o desempenho de outras atribuições legalmente atribuídas a esses órgãos.





Dessa forma, em que pese a boa intenção da proposta, nos aspectos em que cabe a esta Comissão regimentalmente analisar, nosso voto é pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 3.329, de 2023.

Sala da Comissão, em de

Deputada HELENA LIMA Relatora de 2024.











